



4.13 - Património Cultural

4.13.1 - Introdução

A vertente patrimonial do presente estudo tem como objectivos principais identificar os elementos patrimoniais, arqueológicos e edificados, que possam sofrer um impacte directo ou indirecto decorrente da construção do empreendimento em causa, analisar esses impactes e preconizar medidas minimizadoras dos mesmos.

A realização do presente estudo contou com a valiosa colaboração do Professor Doutor João Inês Vaz, cujo conhecimento profundo do património arqueológico na área de estudo permitiu ter em consideração as características fundamentais dos vestígios de paleocupação humana no distrito de Viseu.

4.13.2 - Metodologia

A análise dos impactes ambientais decorrentes da implantação do empreendimento em estudo sobre o património cultural da região desenvolveu-se em duas fases distintas:

- ◆ Na primeira fase do estudo foi efectuada uma pesquisa bibliográfica, que permitiu compreender as principais características histórico-culturais da região e tomar conhecimento da possível existência de elementos patrimoniais na área de projecto e sua envolvente; e foram consultadas todas as entidades que poderiam fornecer informações úteis ao estudo. Decorrentes destas consultas e com o auxílio da cartografia, foram identificados os elementos de maior valor patrimonial na área em estudo.
- ◆ Em seguida, efectuaram-se os trabalhos de campo, designadamente a prospecção arqueológica da envolvente de 400 metros para cada lado das faixas do actual projecto. Para tal, foram percorridos 8 corredores de 50 metros cada, sempre que possível (ver lacunas de conhecimento - Cap. 9) de forma a efectuar o reconhecimento exaustivo do terreno localizando os elementos patrimoniais no local, e identificar vestígios arqueológicos e testemunhos históricos menos conhecidos.



A classificação dos impactes seguiu os critérios propostos por José Manuel Mascarenhas, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva para estudos deste tipo: Estado de Conservação da Estrutura, Potencial Científico, Tipicidade, Grau de Raridade, Valor Estético, Dimensão/Monumentalidade, Inserção Paisagística, Significado Histórico-Cultural, Antiguidade, Originalidade/ Singularidade e Interesse Público.

A proposta das medidas de minimização teve em consideração não só a possível destruição do elemento patrimonial mas também a alteração da sua envolvente paisagística.

Foram consultadas as bases de dados do Instituto Português de Arqueologia (*Endovélico*) e do Instituto português do Património Arquitectónico (IPPAR), o Inventário do Património Arquitectónico da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (*Thesaurus*), e o Relatório e Planta de Identificação do Património Arquitectónico do Plano Director Municipal de Viseu.

As entidades contactadas para este trabalho foram as seguintes:

- ◆ Instituto Português de Arqueologia
Consulta dos Ficheiros da base de dados Endovélico e Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (Anexo VI do Volume 4.2).
- ◆ Câmara Municipal de Viseu
Pedido de informações sobre o património concelhio.
- ◆ Extensão de Viseu do Instituto Português de Arqueologia
Pedido de informações sobre o património arqueológico da região.

Adicionalmente, foi realizado um pedido de informações sobre o património arqueológico da região ao Prof. Dr. João Inês Vaz.

4.13.3 - Caracterização da Área de Estudo

O distrito de Viseu é particularmente rico em testemunhos de paleocupação humana. Esta região foi ocupada desde o período paleolítico, embora sejam datados do período



neolítico a maior parte dos testemunhos pré-históricos, nomeadamente os monumentos megalíticos (dólmenes e estelas menir).

Verifica-se a existência, nesta região, de inúmeras estações arqueológicas do período proto-histórico que aproveitaram estruturas de períodos anteriores, surgindo igualmente novas estruturas, de que são exemplo os castros. Alguns destes castros ainda se encontram conservados, enquanto que outros foram transformados e adaptados para novas utilizações, nomeadamente santuários religiosos. Referem-se, em especial, os castros que se encontram em cotas mais elevadas e mais próximos de aglomerados populacionais.

Os responsáveis pela transformação socioeconómica desta zona foram os romanos. Desde as campanhas de conquista comandadas por Décimo Júnio Bruto, a futura Lusitânia passou a sofrer influências directas do Império Romano.

Os castros baixaram de cota, e ao mesmo tempo as populações iam-se adaptando à cultura dos invasores. Os vestígios desta época distribuem-se ao longo de vastas zonas, sendo exemplo os vestígios de vias romanas, marcos miliários e monumentos epigráficos (conhecendo-se mais de duas centenas de epígrafes romanas da região de Viseu).

A importância de Viseu nesta época está bem patente na conhecida *Cava de Viriato*. Trata-se de um acampamento romano, de planta hexagonal, no qual apareceram moedas e algumas pedras talhadas do período romano.

Depois do período romano, verificou-se um reaproveitamento de algumas construções romanas. Contudo, o grau de reaproveitamento foi tão intenso que actualmente não surgem elementos arquitecturais relevantes de época romana. Na Sé de Viseu foram escavadas estruturas de um possível podium romano, aparecendo ainda vestígios de uma basílica paleo-cristã.

O período medieval/moderno é particularmente fértil, como testemunha a existência de casas senhoriais dispersas por toda a região. Verifica-se que, existem casas senhoriais comumente designadas por solares, em todos os antigos concelhos. Nas antigas divisões



administrativas existem, muitas vezes, pelourinhos, símbolo da importância que estas tiveram até à sua extinção no século XIX.

Pelas características geológicas da zona, e em especial pela existência de inúmeros maciços rochosos, aparecem nesta zona inúmeras sepulturas escavadas na rocha. Existem alguns trabalhos de catalogação de todas as sepulturas (mais de três centenas) conhecidas mas têm surgido esporadicamente a informação de que existem muitas mais.

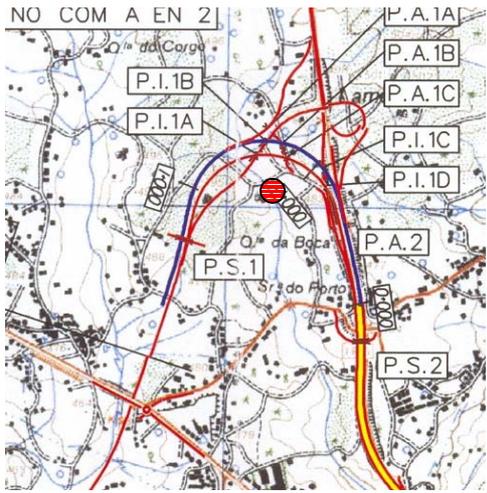
Locais de Interesse Patrimonial Identificados

Através da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo realizado, foram identificados três elementos de interesse patrimonial na área de estudo, para os quais foi criada uma ficha de identificação individual, que se apresenta de seguida e da qual consta:

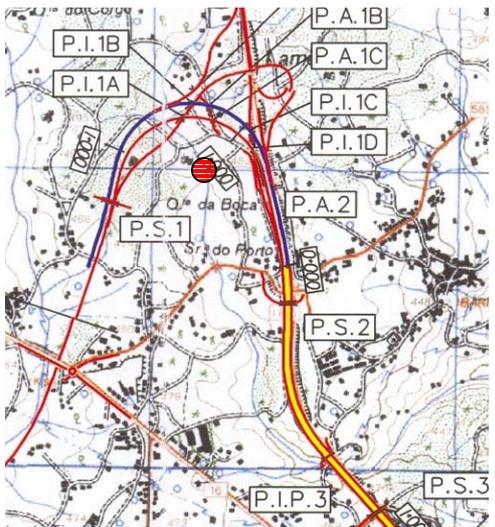
- ◆ **Número de identificação do elemento patrimonial** - corresponde ao número atribuído ao elemento patrimonial;
- ◆ **Designação** - corresponde à designação pela qual o elemento patrimonial é conhecido;
- ◆ **Registo fotográfico** - fotografias dos locais de interesse patrimonial que poderão ser afectados pelo projecto;
- ◆ **Valor Patrimonial** - valor patrimonial, científico e artístico, bem como o grau de raridade e interesse conservacionista do elemento;
- ◆ **Descrição** - pequena descrição do elemento patrimonial, com indicação da época em que se insere;
- ◆ **Espólio** - descrição do espólio arqueológico eventualmente existente, relacionado com o elemento;
- ◆ **Classificação/Legislação/Protecção** - referência à existência ou não de protecção do elemento patrimonial por parte das entidades competentes;
- ◆ **Fonte** - modo como se obteve conhecimento do elemento patrimonial;
- ◆ **Bibliografia** - referências bibliográficas ao elemento patrimonial;
- ◆ **Uso do Solo** - actual uso do solo no local onde se situa o elemento patrimonial;
- ◆ **Ameaças** - situações que ameacem a integridade do elemento patrimonial;

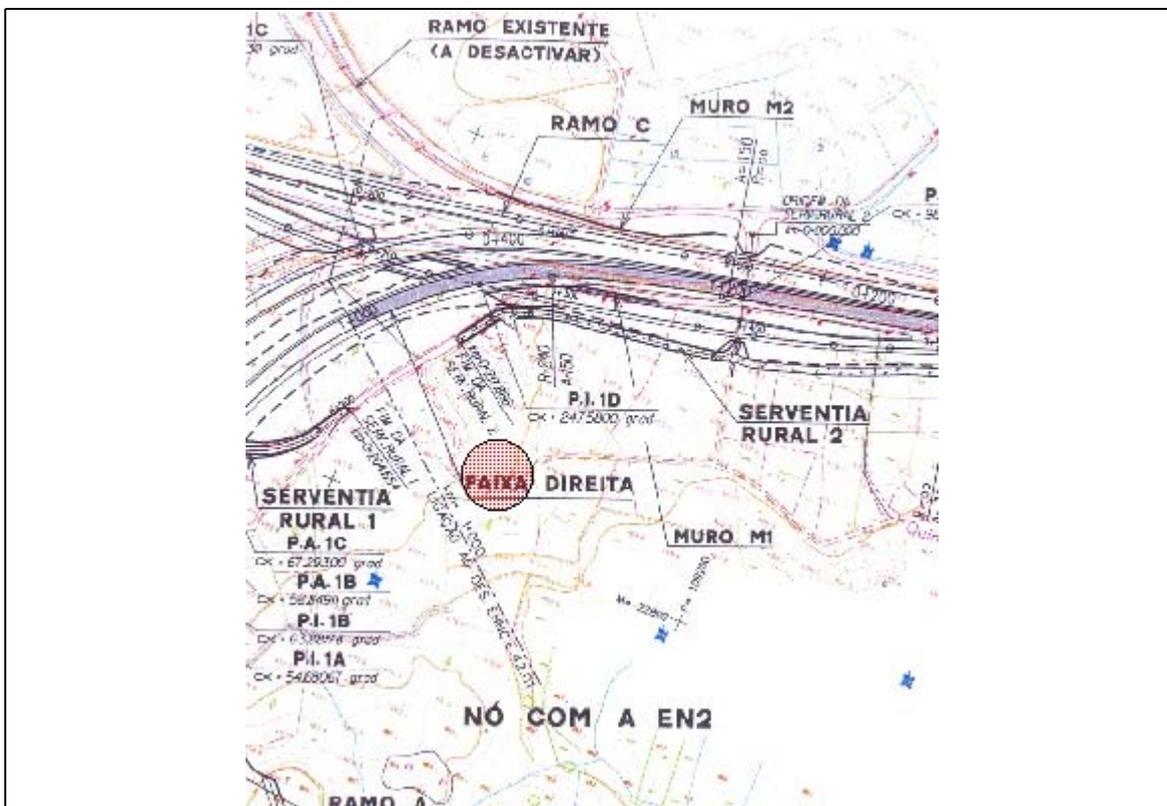
- ◆ **Localização administrativa** - localização ao nível do Distrito, concelho, freguesia e lugar;
- ◆ **Localização geográfica** - indicação do meridiano, do paralelo, da altitude e da Carta Militar de Portugal onde se situa o elemento patrimonial
- ◆ **Localização face à linha** - sua posição relativamente ao apoio mais próximo;
- ◆ **Localização em cartografia à escala 1:25.000** (sempre que se encontra dentro do corredor em estudo).

Elemento Patrimonial N.º 1

Designação: Eira	Tipo de Sítio: Eira
<p>Descrição: Estrutura agrícola tradicional, utilizada na moagem e secagem de cereais.</p> <p>Espólio: Não foram identificados materiais relacionados com o elemento</p> <p>Período Cronológico: Indeterminado</p> <p>Classificação/Legislação/ Protecção: Não existe</p> <p>Fonte: Prospeção Bibliografia: Não existem referências</p> <p>Estado de Conservação: Bom Uso do solo: Agrícola</p> <p>Ameaças: Rede viária</p>	
<p>Distrito/Concelho/Freguesia: Viseu, Viseu, Rio da Loba</p> <p>Lugar: Q.^a da Boca</p> <p>Localização geográfica:</p> <p>Meridiano: 222795</p> <p>Paralelo: 409388</p> <p>Altitude: 488 m</p> <p>CMP 1/25000 Folha n.º: 189</p> <p>Acessos: Caminho vicinal para a Quinta da Boca, à esquerda da E585 - direcção E16-Barbeita</p> <p>Localização face ao traçado: Cerca de 40 metros, a Sul do km 1+000.</p>	 <p style="text-align: center;">Escala: 1/25.000</p>

Elemento Patrimonial N.º 2

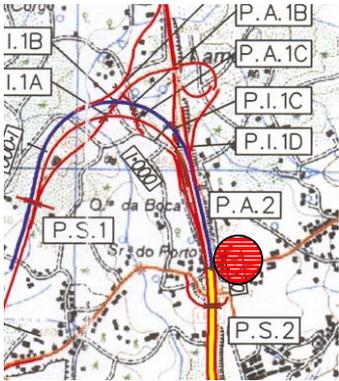
Designação: Moinho de água	Tipo de Sítio: Moinho de água
<p>Descrição: Vestígios de uma estrutura correspondendo a um moinho de água em pedra, em avançado estado de degradação.</p> <p>Espólio: Não foram identificados materiais relacionados com o elemento</p> <p>Período Cronológico: Indeterminado</p> <p>Classificação/Legislação/ Protecção: Não tem</p> <p>Fonte: Prospecção Bibliografia: Não existem referências</p> <p>Estado de Conservação: Mau Uso do solo: Agrícola</p> <p>Ameaças: Rede viária</p>	
<p>Distrito/Concelho/Freguesia: Viseu, Viseu, Rio da Loba</p> <p>Lugar: Q.ª da Boca</p> <p>Localização geográfica:</p> <p>Meridiano: 222825</p> <p>Paralelo: 409309</p> <p>Altitude: 483 m</p> <p>CMP 1/25000 Folha n.º: 189</p> <p>Acessos: Caminho vicinal para a Quinta da Boca, à esquerda da E585 - direcção E16-Barbeita</p> <p>Localização face ao traçado: Cerca de 80 metros, a Sul do km 1+000.</p>	 <p>Escala: 1/25.000</p>

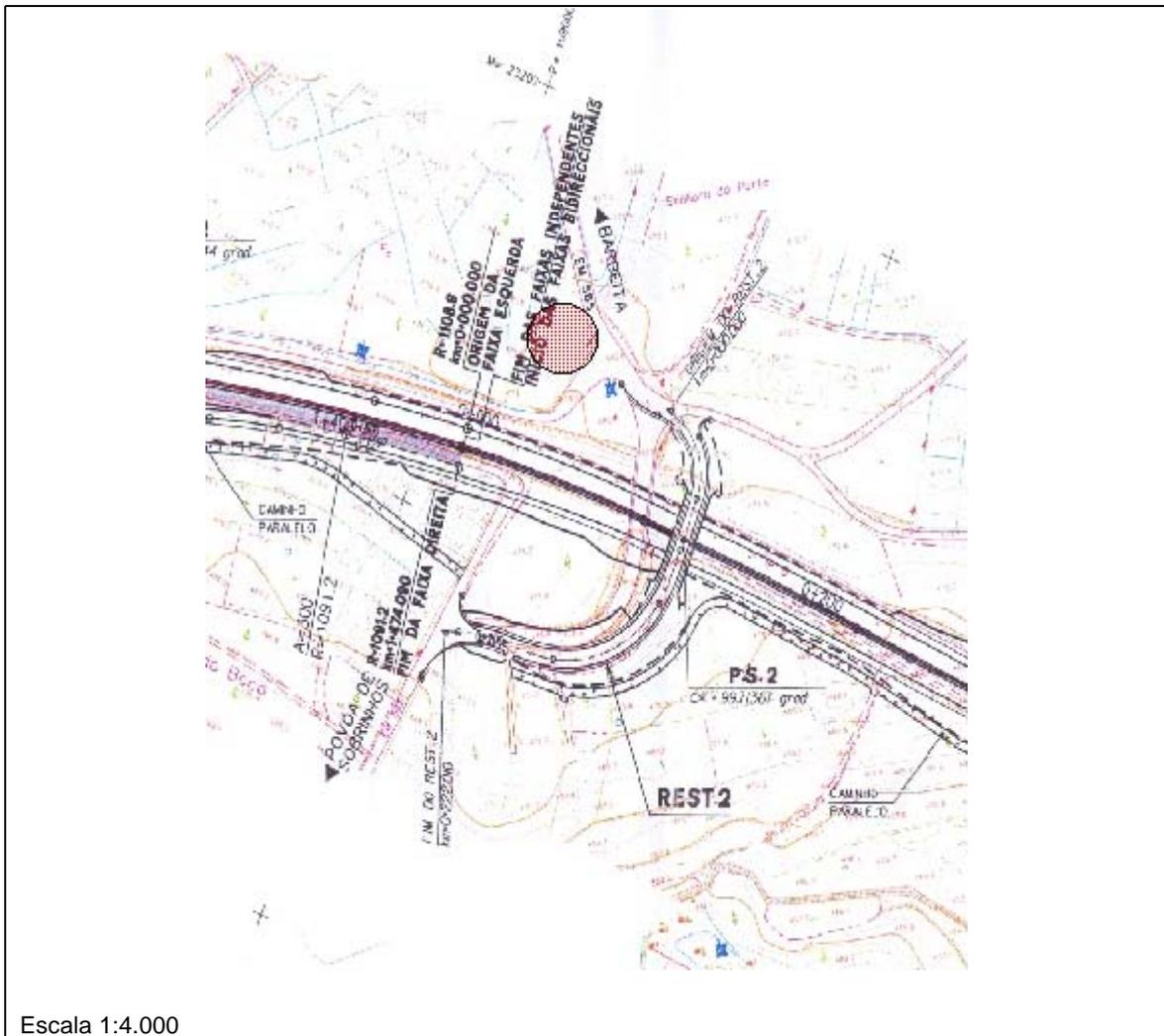


Escala: 1/4.000

- Valor Patrimonial: Médio
- Estado de Conservação da Estrutura: Reduzido
- Potencial Científico: Médio
- Tipicidade: Médio
- Grau de Raridade: Médio
- Valor Estético: Médio
- Dimensão/Monumentalidade: Médio
- Inserção Paisagística: Médio
- Significado Histórico-Cultural: Médio
- Antiguidade: Médio
- Originalidade/Singularidade: Médio
- Interesse Público: Médio

Elemento Patrimonial N.º 3

Designação: Igreja de N ^a Senhora do Porto	Tipo de Sítio: Igreja
<p>Descrição: Edifício religioso constituído por uma nave e uma torre sineira. Apresenta telhado de duas águas, e a iluminação é garantida por janelas rasgadas nas fachadas laterais. A entrada faz-se lateralmente por um alpendre.</p> <p>Espólio: Não foram identificados materiais relacionados com o elemento</p> <p>Período Cronológico: Contemporâneo</p> <p>Classificação/Legislação/ Protecção: Não tem</p> <p>Fonte: Prospecção Bibliografia: Não existem referências</p> <p>Estado de Conservação: Bom Uso do solo: Urbano</p> <p>Ameaças: Rede viária</p>	
<p>Distrito/Concelho/Freguesia: Viseu, Viseu, Rio da Loba</p> <p>Lugar: N^a Senhora do Porto</p> <p>Localização geográfica:</p> <p>Meridiano: 223116</p> <p>Paralelo: 408988</p> <p>Altitude: 484 m</p> <p>CMP 1/25000 Folha n.º: 189</p> <p>Acessos: Caminho de terra batida entre Lobagueira e Pereiras</p> <p>Localização face ao traçado: Cerca de 40 metros, a Oeste do km 1+040.</p>	 <p>Escala: 1/25.000</p>



Escala 1:4.000

Valor Patrimonial: Reduzido
 Estado de Conservação da Estrutura: Elevado
 Potencial Científico: Reduzido
 Tipicidade: Médio
 Grau de Raridade: Reduzido
 Valor Estético: Reduzido
 Dimensão/Monumentalidade: Elevado
 Inserção Paisagística: Elevado
 Significado Histórico-Cultural: Médio
 Antiguidade: Reduzido
 Originalidade/Singularidade: Reduzido
 Interesse Público: Elevado



Síntese

No âmbito da vertente patrimonial foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental exaustiva e o reconhecimento do terreno. Na primeira fase da investigação constatou-se que não eram conhecidos quaisquer elementos de valor patrimonial na área de projecto nem na sua envolvente.

Efectivamente, durante a prospecção sistemática do corredor de 400 metros definido como área de estudo, somente foram identificados três elementos de valor etnográfico e regional. Estes elementos, a Igreja de Nossa Senhora do Porto, um moinho de água e uma eira ainda hoje utilizada pelos autóctones.

4.14 - Evolução da Área de Estudo sem o Empreendimento

A área em estudo localiza-se na região centro-norte de Portugal, abrangendo território da região de Dão-Lafões, mais concretamente na envolvente de Viseu.

A área envolvente do projecto caracteriza-se actualmente por ser de natureza rural, mas com um parque habitacional importante, possivelmente por influência da expansão que o importante núcleo urbano vizinho - Viseu - representa nesta região. O progressivo aumento do povoamento dos centros urbanos e esvaziamento dos núcleos rurais, é uma tendência geral a nível nacional e torna-se evidente através da análise do Recenseamento Geral da População (1981), Censos (1991) e Censos (2001).

Verifica-se também que a população jovem tem aumentado nas freguesias directamente afectadas pelo empreendimento, nos últimos anos, o que indicia a manutenção da tendência de crescimento dos aglomerados populacionais de Rio de Loba, Pova de Sobrinhos, Barbeita e Caçador. Este crescimento está também estreitamente relacionado com os eixos viários principais na região, nomeadamente o IP5 e IP3, as EENN2, 16 e 229, verificando-se que estes núcleos urbanos se situam ao longo destas rodovias.



Viseu tem registado nos últimos 10 anos, uma forte dinâmica, a nível do interior centro, com conseqüente poder de atractividade e fixação das populações, o que explica esta situação.

Do ponto de vista social e económico, a área em estudo é constituída por concelhos que apresentam uma evolução demográfica positiva, uma elevada dinâmica económica baseada em grande parte na expansão do sector secundário e terciário e, conseqüentemente, com grande capacidade de atracção sobre a população em idade activa.

Quanto às actividades económicas pode averiguar-se que os sectores industrial e dos serviços estão melhor consolidados, enquanto que o sector primário assume um carácter quase residual, sendo essencialmente uma actividade complementar a outras actividades económicas.

Cabe salientar que o Plano Director Municipal do concelho directamente afectado, Viseu, apresenta as seguintes estratégias para o seu desenvolvimento futuro:

- ◆ consolidação das zonas urbanas, e das suas zonas de expansão;
- ◆ requalificação ambiental do espaço concelhio;
- ◆ melhoria das acessibilidades intra e inter concelhias;
- ◆ ordenamento e diversificação do sector industrial;
- ◆ salvaguarda dos valores do património e naturais, e promoção do turismo.

Assim, o espaço em apreço deverá continuar a evoluir no sentido do crescimento da influência da dinâmica industrial e de serviços (restauração e hotelaria). Prevê-se que as alterações na estrutura biofísica e paisagística continuem a verificar-se, dada a expansão da ocupação do solo, decorrente de ligeiras e progressivas alterações demográficas e de actividade económica e social. Além disso, devido ao processo de urbanização, é possível que se assista a uma maior ocupação de áreas naturais e agrícolas por habitações dispersas e respectivos acessos.



Em termos de recursos hídricos, a situação futura em termos de quantidade não é considerada preocupante, uma vez que se trata duma zona com abundantes recursos hídricos superficiais. Também no que se refere à qualidade da água, a tendência será para se manterem as características actuais, podendo inclusivamente registar-se uma melhoria dos parâmetros de qualidade, dada a tendência manifesta para se solucionarem os problemas decorrentes do lançamento, para o meio hídrico, de águas residuais domésticas e industriais sem tratamento ou com tratamento incipiente.

Em termos de qualidade do ar, é previsível um agravamento progressivo junto às principais vias existentes e aos novos eixos viários que entretanto entrem em exploração, causado por um aumento de tráfego automóvel. Este crescimento dos volumes de tráfego circulantes será, porém, acompanhado pela redução da utilização de componentes poluentes nos combustíveis (a par do que tem vindo a acontecer com as reduções de compostos de chumbo), assim como pelo aumento da eficiência dos processos de combustão nos motores, factores que serão determinantes na evolução futura das emissões geradas pelos veículos motorizados.

Neste contexto, o agravamento não deverá atingir valores preocupantes em termos de emissões de poluentes atmosféricos, prevendo-se que estes continuem a situar-se abaixo dos valores legalmente considerados como limite.

Relativamente à evolução do ambiente sonoro até ao ano horizonte, de forma idêntica ao referido para o ruído de fundo, dada a estratégia geral de melhoramento do ambiente sonoro, patente tanto no Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, que aprova o Regime Legal sobre a Poluição Sonora, como na Directiva 2002/49/CE, do parlamento europeu e do conselho, de 25 de Junho de 2002, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente afigura-se adequado considerar que os níveis sonoros se manterão semelhantes aos actuais.

A área de estudo apresenta um elevado grau de ocupação e intervenção humana, patente na disseminação de casas de habitação, para além dos perímetros urbanos, nas parcelas agrícolas que ocupam grande parte da área de estudo, na ocupação florestal, predominantemente com exóticas, na rede viária e grau de intervenção nos habitats observados. Estas características, regra geral, não favorecem a ocorrência de espécies



faunísticas selvagens, devido à elevada compartimentação do espaço, que só é tolerada pelas espécies comensais do Homem, ou cujo território seja de pequena dimensão. Sendo a tendência registada a densificação progressiva do espaço rural com habitações e infra-estruturas, haverá tendência, a longo-prazo, para o empobrecimento da área em espécies florísticas e faunísticas mais dependentes de espaços naturais, como o javali, a doninha, o coelho-bravo, rapinas, lagarto-de-água, etc. e o aumento das espécies comensais (ex: ratos, ratazanas, pardais) e ruderais.

Além do que foi atrás referido, o carácter condicionado sobretudo decorrente da aplicação dos PDM's, dos regimes de RAN e REN e de outras áreas de uso condicionado, poderá contribuir para impedir ou atenuar a degradação ambiental desta zona, no que se refere a aspectos bióticos e abióticos (qualidade da água, do ar, dos solos, ambiente acústico, etc.).

No tocante ao património arqueológico, não se prevêem alterações importantes em relação à situação actual, com o desenvolvimento a médio-prazo da área de estudo e região. No entanto a situação do património é sempre bastante frágil, nada garantindo que alguns elementos patrimoniais não venham a ser posteriormente destruídos por acções, públicas ou particulares.

Do que foi atrás exposto, a análise da evolução sem o empreendimento prevê uma melhoria das condições de habitabilidade, o que se irá traduzir numa gradual artificialização da área de estudo. Prevê-se, no entanto, uma evolução relativamente controlada da ocupação do território, através dos instrumentos de ordenamento do território regionais e nacionais, pelo que não são de esperar agravamentos significativos das condições ambientais biofísicas particularmente da qualidade do ar, da água e dos níveis sonoros.

Em relação à utilização das vias rodoviárias existentes, considera-se que haverá um acréscimo do tráfego nestas vias, particularmente no IP5, como ligação inter-regional, nas ligações locais a Viseu - EM235, EM569, EN16 e das ligações regionais para sul, EM1352 e EM1362, decorrentes da expansão urbanística local e desenvolvimento económico regional e, independentemente da construção do empreendimento, com o aumento da saturação destas vias.



Índice de texto

4.13 - Património Cultural	132
4.13.1 - Introdução	132
4.13.2 - Metodologia.....	132
4.13.3 - Caracterização da Área de Estudo.....	133
4.14 - Evolução da Área de Estudo sem o Empreendimento	142